

RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.941 - PR (2017/0187033-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ALLCAR COMERCIAL LTDA
RECORRENTE : ELIZABETE APARECIDA DE ALMEIDA CORTEZ
RECORRENTE : LUIS AUGUSTO SILVA CORTEZ
ADVOGADO : FERNANDO CESAR SPRADA - PR036188
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - PR054305

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALLCAR COMERCIAL LTDA e outros, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1.043):

Ação de cobrança - Contrato bancário.

1. Petição inicial que não foi instruída com documentos indispensáveis para demonstrar a origem do débito e a pactuação dos encargos sobre ele incidentes - Indeferimento da petição inicial, com extinção do processo, sem resolução do mérito, que se impõe.

Recurso provido.

2. Resultado do julgamento que enseja inversão dos ônus de sucumbência.

2.1. Sucumbência recursal - Honorários advocatícios - Novo CPC (NCPC), art. 85, § 11 - Direito intertemporal - Aplicação somente aos recursos interpostos contra decisões publicadas a partir de 18/3/2016, data em que o NCPC (Lei n.º 13.105, de 2015) passou a ter eficácia - STJ, enunciado administrativo 7.

2.2. O arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (NCPC, art. 85, § 11) somente terá lugar quanto aos recursos interpostos contra decisões publicadas a partir de 18/3/2016, data em que o novo Código de Processo Civil ganhou eficácia.

3. Recurso dos réus provido e recurso do autor prejudicado.

Em suas razões, os recorrentes sustentam ofensa aos §§ 2º e 6º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, bem como divergência jurisprudencial, alegando que os

honorários advocatícios devem ser fixados em percentual sobre o valor atribuído à ação de cobrança extinta ou sobre o proveito econômico ali perseguido, acenando com a natureza condenatória da demanda e a irrisoriedade do valor fixado (R\$ 2.000,00 - dois mil reais).

Passo a decidir.

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem reformou a sentença para indeferir a petição, por ausência de documentos indispensáveis à demonstração da origem do débito, e extinguiu o processo, sem resolução do mérito. Verifico, ademais, que a sentença reformada foi proferida em 12 de fevereiro de 2015, portanto, na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Desse modo, não prospera a pretensão de fixação de honorários sobre o valor da causa ou do benefício econômico perseguido em ação de cobrança extinta, nos termos do art. 85, §§ 2º e 6º, do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que a sentença foi proferida na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

A jurisprudência desta Corte entende que a sentença, "como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas".

Confira-se o precedente citado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA, PROCESSUAL E MATERIAL. MARCO TEMPORAL PARA A INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PROCESSUAL.

1. Em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar os princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da não surpresa, as normas sobre honorários advocatícios de sucumbência não devem ser alcançadas pela lei processual nova. 2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.

3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado.

Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas.

4. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de o Tribunal de origem ter reformado a sentença já sob a égide do CPC/2015, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 1255986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 6.5.2019).

Anoto que a aplicação do § 11 do art. 85 do CPC/2015 foi afastada pelo Tribunal de origem, justamente, por esse motivo.

Como cediço, nos termos da legislação aplicável, nas causas em que não há condenação "os honorários advocatícios devem ser fixados de forma equitativa, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC" (REsp 1.402.666/RS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 23.9.2014).

Lembro, ainda, que segundo a orientação jurisprudencial pacífica desta Corte Superior, nos casos de equidade, o magistrado não está adstrito aos limites do § 3º do art. 20 do CPC/73.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO CONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. ARBITRAMENTO POR EQUIDADE. FIXAÇÃO. RAZOABILIDADE.

1. Nas causas em que não há condenação, os honorários advocatícios devem ser arbitrados conforme apreciação equitativa do juiz, no termos do § 4º do art. 20 do CPC/73. 2. A jurisprudência deste Tribunal admite a revisão dos honorários pelo critério da equidade

Superior Tribunal de Justiça

quando o valor fixado destoa da razoabilidade, revelando-se irrisório ou exagerado, o que não se verifica no presente caso.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 442.269/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 22.8.2017).

De outro lado, a jurisprudência deste Tribunal admite a revisão dos honorários pelo critério da equidade quando o valor fixado destoa da razoabilidade, revelando-se irrisório ou exagerado, o que não se verifica no presente caso.

Ressalto, por fim, que "o conceito de verba ínfima não está necessariamente atrelado ao montante da causa, havendo que se considerar a expressão econômica da soma arbitrada, individualmente, ainda que represente pequeno percentual se comparado ao da causa" (REsp 450.163/MT, Segunda Seção, Rel. p/acórdão Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 23.8.2004).

Não se justifica, portanto, a superação da Súmula 7/STJ e a intervenção da Corte.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora